

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1142160 - SP
(2017/0182867-5)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : EDVALDO ANDRADE DO ROSARIO
ADVOGADOS : RODRIGO D'ORIO DANTAS DE OLIVEIRA -
SP225520
RAPHAEL ROSSI DE MATOS E OUTRO(S) -
SP310053
AGRAVADO : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADOS : DEBORA PIRES SILVA E SANTOS - SP155949
MARCELO GODOY DA CUNHA MAGALHÃES -
SP234123
BRUNO PEREZ SANDOVAL - SP324700
LUIS MARCELO BARTOLETTI DE LIMA E SILVA -
SP324000
INTERES. : ANDRADE LOCACAO DE MAQUINAS E
EQUIPAMENTOS LTDA

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRADO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO.

IRRESIGNAÇÃO DA PARTE AGRAVANTE.

1. Violação ao artigo 1022 do CPC/15 não configurada. Acórdão estadual que enfrentou todos os aspectos essenciais à resolução da controvérsia de forma ampla e fundamentada, sem omissão. O julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, tampouco indicar todos os dispositivos legais por elas suscitados, quando tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litúgio.

2. A convicção formada pela Corte local no sentido de indeferir o benefício da gratuidade de justiça pleiteado decorreu dos elementos existentes nos autos, de forma que rever a decisão recorrida e acolher a pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

3. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Marco Buzzi
Relator